

# PERCEPÇÕES INDÍGENAS SOBRE A MINERAÇÃO NO MÉDIO RIO NEGRO

Percepciones Indígenas sobre la minería en el Medio Río Negro

Indigenous Perceptions on mining in the Médio Rio Negro

Suliete Gervásio Monteiro<sup>(\*)</sup>  
Ana Catarina Zema de Resende<sup>(\*\*)</sup>

## Resumo

No cenário nacional e internacional, o Rio Negro tem despertado interesse de empresários das mais diversas áreas, sobretudo de empresas mineradoras que disputam espaço e riquezas com garimpeiros, madeireiros e pescadores ilegais nas terras indígenas. Essa disputa por espaços e recursos, muitas vezes, significa a invasão de territórios pertencentes aos povos indígenas, criando conflitos socioambientais relevantes. O objetivo desse estudo é examinar, à luz da ecologia política latino-americana, as percepções de alguns indígenas sobre os impactos socioambientais advindos da atividade mineradora para os povos indígenas que residem às margens do Médio Rio Negro, área pertencente ao Município de Santa Isabel do Rio Negro, Amazonas. Como metodologia de trabalho foi realizada uma pesquisa no município de Santa Isabel do Rio Negro com a intenção de identificar como a população e as lideranças indígenas locais lidam com a questão da atividade minerária na região. Foram realizadas entrevistas e aplicados questionários semi-estruturados. Finalmente, podemos reconhecer nas percepções dos indígenas entrevistados a consciência da “desigualdade ecológica” de que fala a ecologia política latino-americana, ou seja, das desiguais e assimétricas relações de poder nos processos de decisão, no acesso aos recursos e serviços ambientais, assim como nas consequências desiguais das degradações ambientais, e sua determinação em lutar para que sejam reconhecidos seus direitos, sobretudo o direito à consulta livre, prévia e informada.

**Palavras-chave:** Rio Negro. Ecologia latino-americana. Percepções indígenas. Mineração.

## Resumen

En el escenario nacional e internacional, el Río Negro ha despertado interés de empresarios de las más diversas áreas sobretodode empresas de minería que disputan espacio y riquezas con *garimpeiros*, madereros y pescadores ilegales en las tierras indígenas. Esta disputa por espacios y recursos, muchas veces, significa la invasión de territorios pertenecientes a los pueblos indígenas, creando conflictos socioeconómicos relevantes. El objetivo de este estudio es examinar, desde la ecología política latinoamericana, las percepciones de algunos indígenas sobre los impactos socio-ambientales provenientes de la actividad minera para los pueblos indígenas que residen a las márgenes del Medio Río Negro, área perteneciente al Municipio de

---

<sup>(\*)</sup> Engenheira Florestal pela Universidade de Brasília, atualmente faz Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania, no Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos da Universidade de Brasília. Suliete Gervásio Monteiro é indígena do povo Baré do Médio Rio Negro.

<sup>(\*\*)</sup> Doutora em História Social pela Universidade de Brasília. Possui *Diplôme d'Etudes Approfondies en Histoire Sociale, des idées, des cultures et des religions* pela Université Paris Nord/Sorbonne. Foi Pesquisadora Visitante na Université Libre de Bruxelles. Membro do *Groupe Décolonial de Traduction*. Pesquisadora membro do Grupo de Estudos em Direitos Étnicos Moitará da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília. Pesquisadora membro do Laboratório de Estudos Interdisciplinares sobre Acesso à Justiça e Direitos nas Américas - LEIJUS do Departamento de Estudos Latinoamericanos da Universidade de Brasília. Pesquisadora membro do Grupo de Trabalho do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (Clasco) sobre Pensamiento Crítico y Decolonizador Caribeño. Pesquisadora membro do Observatório de Direitos Indígenas (OBIND) da Universidade de Brasília. Pesquisadora membro do Réseau Thématique International Justice and Indigenous Peoples Rights – JUSTIP/EHESS. Atualmente faz estágio pós doutoral no Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS) na Universidade de Brasília.

Santa Isabel del Río Negro, Amazonas. Como metodología de trabajo se realizó una investigación en el municipio de Santa Isabel del Río Negro con la intención de identificar cómo la población y los liderazgos indígenas locales perciben la cuestión de la actividad minera en la región. Se realizaron entrevistas y cuestionarios semiestructurados. Finalmente, podemos reconocer en las percepciones de los indígenas entrevistados la conciencia de la "desigualdad ecológica" de la que habla la ecología política latinoamericana, es decir, las relaciones de poder desiguales y asimétricas en la toma de decisiones, el acceso a los recursos y servicios ambientales, así como las consecuencias desiguales de las degradaciones ambientales, y su determinación de luchar por el reconocimiento de sus derechos, especialmente el derecho a una consulta libre, previa e informada.

**Palavras chave:** Río Negro. Ecología latinoamericana. Percepciones indígenas. Minería.

### Abstract

From both a national and international focus, the Rio Negro has attracted interest from a diverse field of industries, especially from mining companies, which compete for space and resources with other miners, lumberjacks and illegal fishermen. This competition and resulting disputes, often means that indigenous lands are encroached, which in turn creates substantial and dire socioeconomic issues affecting those indigenous people. The objective of this study was to examine, following the precepts of Latin American Political Ecology, the perceptions of a sampling of local indigenous individuals about the social and environmental impacts caused by mining activity on the indigenous population living on the banks of the Médio Rio Negro, an area belonging to the Municipality of Santa Isabel do Rio Negro, Amazonas. As a working methodology, research was carried out in the municipality of Santa Isabel do Rio Negro with the intention of identifying how the local indigenous population and leaders, dealt with the mining activity in the region. Interviews were conducted and semi-structured questionnaires were completed by our sampling. Once the results were reviewed and discussed, we concluded that our sampling of indigenous individuals possessed a sophisticated understanding of the "ecological inequality" that the Latin American Political Ecology has referenced. To elaborate, the sampling articulated an awareness of the asymmetrical power relations in decision-making, the access to environmental resources and services, the consequences of environmental degradations, and the determination to fight for the recognition of their rights especially the right to free, prior and informed consultation.

**Keywords:** Rio Negro. Latin American Ecology. Indigenous perceptions. Mining.

### INTRODUÇÃO

O tema da mineração em Terras Indígenas (TIs) tem sido uma das pautas mais importantes a ser discutida no Congresso Nacional desde que começou a tramitar na Câmara o Projeto de Lei que regulamenta a exploração e o aproveitamento de recursos minerais em Terras Indígenas (PL 1610/1996) de autoria do ex-senador Romero Jucá e, mais recentemente, desde que o atual presidente começou a anunciar publicamente sua intenção de liberar as TIs para a exploração de minérios. O tema é polêmico e traz à tona as divergências entre as expectativas e percepções dos povos indígenas e os interesses das empresas de mineração e dos governantes. Se, por um lado, os povos indígenas demonstram sua preocupação com relação aos possíveis impactos socioambientais, por outro lado, as empresas mineradoras e os sucessivos governos - sejam eles neoliberais ou nacionalistas populares - continuam afirmando que a

exploração de minérios atende a interesses nacionais e é fundamental para o desenvolvimento do país.

Em meio a essa polêmica, raras são as vezes em que as percepções dos indígenas são levadas em consideração, seja pela mídia, seja pelas autoridades competentes. O objetivo desse estudo<sup>1</sup> é examinar, à luz da ecologia política latino-americana, as percepções de alguns indígenas sobre os impactos socioambientais advindos da atividade mineradora para os povos indígenas que residem às margens do Médio Rio Negro, área pertencente ao Município de Santa Isabel do Rio Negro, Amazonas. Como metodologia de trabalho foi realizada uma pesquisa no município de Santa Isabel do Rio Negro com a intenção de identificar como a população e as lideranças indígenas locais lidam com a questão da atividade minerária na região. Foram realizadas entrevistas e aplicados questionários semi-estruturados. Optou-se por manter o anonimato dos entrevistados.

Atualmente, existe atividade minerária ilegal na região do Rio Negro, principalmente o garimpo, mas temos conhecimento de muitos projetos de empresas mineradoras que pretendem explorar minérios ali. A pressão dos grandes empresários para que seja liberada a exploração de minérios no Rio Negro é cada vez maior. De fato, no cenário nacional, o Rio Negro tem despertado interesse de empresários das mais diversas áreas, como da pesca esportiva, mas sobretudo de empresas mineradoras, que disputam espaço e riquezas com garimpeiros, madeireiros e pescadores ilegais nas terras indígenas. Essa disputa por espaços e recursos, muitas vezes, significa a invasão de territórios pertencentes aos povos indígenas, criando conflitos socioambientais relevantes.

A atividade minerária é considerada uma das atividades mais impactantes ao meio ambiente. Os impactos dessa atividade atingem não apenas o meio ambiente, mas todos os envolvidos com a sua exploração. Existem muitos exemplos na história que retratam não apenas os impactos ambientais, mas também os impactos sociais como as más condições de trabalho nas minas que geram doenças e degradam as relações humanas (VILLARES, 2009).

---

<sup>1</sup>Apresentamos aqui versão atualizada de parte de pesquisa desenvolvida em trabalho de conclusão de curso, intitulado “Impactos socioambientais na região do Município de Santa Isabel do Rio Negro/AM em decorrência da atividade minerária”, apresentado para obtenção de título de Engenheira Florestal por Suliete Gervásio Monteiro na Universidade de Brasília em 2018. Agradecemos aos Professores Reuber Albuquerque Brandão, Henyo Trindade Barreto Filho, Rosana de Carvalho Cristo Martins e Roberta Amanajás Monteiro e a todos (as) indígenas que participaram da pesquisa.

Lembramos aqui o exemplo do que aconteceu com o povo indígena Waimiri-Atroari do Amazonas que teve seu território ocupado por militares durante a implementação do Projeto Calha Norte, tal situação antecederia a Constituição de 1988. O Projeto Calha Norte viabilizou invasões violentas no território da população indígena Waimiri-Atroari, sua população diminuiu drasticamente de 3.000 para aproximadamente 332 indígenas em 1982. Nos anos 1972-1977 esse território foi cortado pela estrada BR-174 que liga Manaus a Boa Vista, seguida da implantação da mina de estanho de Pitinga do Grupo Paranapanema, da construção da hidrelétrica de Balbina pela Eletronorte, e da colonização de projetos pecuários no limite da área (BAINES, 1993).

O território dos Waimiri-Atroari serviu como um precursor do novo modelo militar-empresarial de ocupação de territórios indígenas. Durante a ocupação do território a política indigenista era subordinada aos interesses econômicos da empresa mineradora Paranapanema e a Eletronorte (BAINES, 1993). Essa experiência do povo indígena Waimiri-Atroari demonstra como são prejudiciais grandes empreendimentos na Amazônia para os povos indígenas e populações não indígenas.

Caso semelhante ocorreu com o povo Baniwa e Kuripaco no Rio Içana, no Amazonas. Nos anos 80, na região do Içana (município de São Gabriel da Cachoeira), os povos Baniwa e Kuripako tiveram suas terras ocupadas por garimpeiros, empresas de mineração e por militares do Projeto Calha Norte. Nos territórios dos Baniwa e Kuripako, houve omissões graves por parte dos órgãos responsáveis pela delimitação de suas terras, no caso a Fundação Nacional do Índio (Funai), devido a dois motivos especificamente: favorecer as empresas mineradoras Goldmazon e Paranapanema e dividir o território em colônias agrícolas e Florestas Nacionais, como proposto no Projeto Calha Norte. Além disso, o Projeto Calha Norte foi implantado em meio a diversas ameaças e com uso de força, facilitando a exploração de ouro nas terras Baniwa. As empresas mineradoras Goldmazon e Paranapanema manipularam as lideranças indígenas locais, jogando um contra o outro, visando enfraquecer o grupo, consolidando o controle da mineração e atrapalhando a organização do povo. Não bastasse, houve invasão de garimpeiros e os conflitos foram inevitáveis. Os povos indígenas do Rio Negro enfrentaram uma “briga com gigantes”, além dos conflitos internos provocados pela empresa mineradora e também por militares (WRIGHT, 2005).

Os povos indígenas do Brasil já têm uma experiência acumulada do que significa liberar a atividade minerária em seus territórios. Por isso, consideramos fundamental,

para o avanço do debate, expor e discutir as percepções de alguns indígenas sobre os perigos da mineração em seus territórios. Nesse artigo, apresentamos, em um primeiro momento, um resumo do debate político e jurídico sobre o tema da mineração. Depois, a partir da análise das entrevistas, trazemos a percepção dos entrevistados e analisamos o que significava para eles a abertura da região para a atividade minerária à luz da ecologia política latino-americana.

A ecologia política latino-americana tem se destacado como um campo de estudo que, partindo da tradição do pensamento crítico da região, se preocupa em compreender as relações de poder que configuram as relações entre sociedade e natureza (ALIMONDA, 2015). Na América Latina, a ecologia política tem um vínculo muito forte com o ativismo ambiental e com as lutas camponesas, indígenas, quilombolas e de ribeirinhos pela preservação de seus territórios, de seus modos de vida e pelos direitos da natureza. Ao insistir na centralidade das relações de poder nas relações entre a humanidade e a natureza, a ecologia política latino-americana tem mostrado que os conflitos socioambientais são conflitos distributivos na medida em que existe uma distribuição desigual dos custos e das potencialidades ecológicas (ALIER, 2015). Nesse artigo, a ecologia política latino-americana nos motivará a analisar as percepções dos indígenas entrevistados sobre a mineração considerando as desiguais e assimétricas relações de poder nos processos de decisão, no acesso aos recursos e serviços ambientais, assim como nas consequências das degradações ambientais que essa atividade causa.

## 1 DEBATE POLÍTICO E JURÍDICO SOBRE ATIVIDADE MINERÁRIA EM TERRAS INDÍGENAS

A Constituição Federal de 1988 trata, em artigos específicos, da atividade mineradora em território nacional. O capítulo VIII destinado aos povos indígenas estabelece no artigo 231 que, “são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, protegê-las e fazer respeitar todos os seus bens” (BRASIL, 1988). Sobre atividade mineradora em terras indígenas a Constituição Federal determina no seu parágrafo 2º no artigo 231 que, “as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se à sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, do subsolo, dos rios e dos lagos nelas existentes” (BRASIL, 1988).

São sete parágrafos dedicados à questão da Terra Indígena. O direito à terra é considerado como “originário”, isto é, “anterior e independente a qualquer ato do Estado” (MARÉS apud RESENDE, 2014, p. 268). Não se trata de uma determinação legal, mas de um “reconhecimento” de um direito preexistente decorrente do fato histórico de terem sido os povos indígenas os primeiros habitantes do Brasil. O direito a suas terras é garantido, o Estado brasileiro apenas o reconhece. A demarcação e o registro servem apenas “para dar conhecimento a terceiros”. Isso significa também “que não se pode exigir uma ‘memorialidade ou fidelidade territorial’ de mais de 500 anos dos povos indígenas, até porque, a política de Estado no Brasil, até os anos 1980 pelo menos, foi de remoção desses povos para outros lugares” (RESENDE, 2014, p. 269).

Um outro aspecto importante é que, de acordo com a Lei, a terra indígena não é apenas aquela necessária à habitação, mas à produção, preservação do meio ambiente, necessária, portanto, à sua reprodução física e cultural, como se pode ler nos dois primeiros parágrafos do artigo 231, citados acima.

Ao estipular que os povos indígenas têm direito às terras que ocupam “tradicionalmente”, o advérbio “tradicionalmente” não está relacionado com o elemento histórico, mas com a forma tradicional de ocupação. A ocupação deve, no entanto, ser feita de forma tradicional. As terras tradicionalmente ocupadas são habitadas em caráter permanente e são imprescindíveis para a preservação do ambiente que garante sua reprodução física e cultural (MARÉS apud RESENDE, 2014, p. 269).

No que diz respeito, à “posse permanente” e ao “usufruto exclusivo”, a posse indígena não deve ser confundida com a “posse civil do receituário privado, porque esta é individual e material, enquanto a indígena é coletiva e exercida segundo seus usos, costumes e tradições” (MARÉS apud RESENDE, 2014, p. 269). O que determina a posse são os usos, costumes e tradições. Na mesma linha de raciocínio, a expressão “usufruto exclusivo” deve ser interpretada como o direito que a comunidade indígena tem de usar ou não determinada área de acordo com seus usos, costumes e tradições. Não se deve entender por “usufruto exclusivo”, apenas o direito à troca, venda ou doação de frutos e produtos das riquezas da área. “O que a comunidade faz com as riquezas exploráveis e comercializáveis do solo, dos rios e dos lagos é assunto da comunidade, que exclusivamente deliberará (MARÉS apud RESENDE, 2014, p. 269).

Sobre a exploração dos recursos hídricos e a pesquisa e lavra das riquezas minerais o parágrafo terceiro do artigo 231 estabelece que:

§ 3º O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei (BRASIL, 1988).

Os povos indígenas têm direito ao usufruto exclusivo das riquezas do solo, no entanto, o capítulo destinado aos princípios gerais da atividade econômica, no artigo 176 da Constituição Federal, estabelece que, “para efeito de exploração ou aproveitamento, os recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica são considerados como propriedade da União, garantida ao concessionário a propriedade do produto da lavra” (BRASIL, 1988). Desta forma, de acordo com o inciso 1º do artigo 176, a pesquisa e a lavra de recursos minerais bem como o aproveitamento dos potenciais hídricos somente poderão ser efetuados mediante autorização ou concessão da União, no interesse nacional, por brasileiros ou empresa constituída sob as leis brasileiras e que tenha sua sede e administração no País, na forma da lei, que estabelecerá as condições específicas quando essas atividades se desenvolverem em faixa de fronteira ou terras indígenas (BRASIL, 1988).

No Estatuto dos Povos Indígenas de Lei Nº 6.001/1973, ainda em vigor, no seu artigo 44, assegura que “as riquezas do solo, nas áreas indígenas somente pelos *silvícolas* podem ser exploradas, cabendo-lhes com exclusividade o exercício da garimpagem, fискаção e cata das áreas referidas”, bem como no artigo 45 no inciso 2º, “a exploração das riquezas do subsolo nas áreas pertencentes aos índios, ou do domínio da União, mas na posse de comunidades indígenas, far-se-á nos termos da legislação vigente”, no que diz respeito “aos interesses do patrimônio indígena e do bem estar dos *silvícolas*, a autorização da pesquisa ou lavra, a terceiros, nas posses tribais estará condicionada a prévio atendimento” (BRASIL. Lei Nº 6.001, 1973).

A Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais em Estados Independentes, ratificada em 2004 pelo governo brasileiro, além de reconhecer a existência e a especificidade dos povos indígenas, garante-lhes o direito de participação na tomada de decisões sobre questões que lhes dizem respeito. No seu Artigo 6 estabelece o direito à participação e à consulta livre, prévia e informada como direitos fundamentais dos povos indígenas. No entanto, no Brasil, observa-se uma interpretação restritiva quanto aos procedimentos de consulta prévia. O Caso de Belo Monte é um exemplo em que, mesmo sendo requisito de natureza jurídica para a construção do megaprojeto hidrelétrico, o direito à consulta

prévia e ao consentimento livre, prévio e informado, foram desrespeitados pelo Estado brasileiro e denúncias foram encaminhadas à Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

Atualmente, como posto antes, tramita no Congresso Nacional o projeto de lei PL nº 1610/1996 que visa regulamentar a exploração de recursos minerais em Terras Indígenas (TIs) (PIERRI, 2013). Esse Projeto de Lei dispõe sobre a exploração e o aproveitamento de recursos minerais em Terras Indígenas, de que tratam os artigos 176, § 1º, e 231, § 3º, da Constituição Federal (SILVA, 2008). O objetivo do Projeto de Lei 1610 de 1996 é cumprir uma exigência formal estabelecida na Constituição Federal para que seja criado um dispositivo constitucional que regulamente a atividade de mineração em TIs por meio de lei. Também vem sendo discutida a proposta do novo Estatuto do Índio, na diligência de alterá-lo, principalmente no que tange o artigo 44 e o artigo 45, do Estatuto do Índio, que tratam da exploração dos recursos naturais em TIs. Os movimentos indígenas do Brasil e seus apoiadores têm insistido para que a questão da mineração seja contemplada no Estatuto do Índio, paralisado desde 1994, e não apenas em uma lei específica como proposto por Jucá em seu Projeto.

De 1996 até hoje, o texto do Projeto de Lei já foi alvo de três Comissões Especiais que não avançaram. A discussão vinha sendo acompanhada pelo Conselho Nacional de Política Indigenista (CNPI) instituído por meio do Decreto nº 8.593 de dezembro de 2015. O CNPI, espaço de diálogo entre diferentes órgãos do Governo Federal e os Povos Indígenas, conforme previsto no inciso 14 do Art. 2º do Decreto, foi recentemente extinto pelo Decreto 9.759/19 assinado pelo presidente Jair Bolsonaro no dia 11 de abril de 2019. Essa medida, considerada pelos movimentos indígenas do Brasil e seus apoiadores como autoritária e antidemocrática, deixa claro que o atual governo não está mais disposto a dialogar com os povos indígenas.

Pouco antes de decretar a extinção do CNPI, em março de 2019, o governo federal, representado por seu Ministro das Minas e Energia, almirante Bento Albuquerque, participou de um encontro no Canadá com grandes investidores e mineradoras, brasileiros e estrangeiros, onde anunciou que pretende autorizar a atividade de mineração em TIs. (ALVES, 2019). Mais recentemente, outra polêmica envolvendo a questão da liberação da atividade minerária em TIs e o atual presidente refere-se a seu pronunciamento sobre relação entre a nomeação de seu filho, o deputado Eduardo Bolsonaro (PSL/SP), para Embaixador dos Estados Unidos da América (EUA) e o interesse em um acordo para transferência de tecnologia e recursos dos EUA para mineração em TIs (FARIA, 2019).



As últimas notícias revelam o grande interesse do atual governo na mineração em TIs e a iminência de sua liberação tem acirrado os conflitos. Passamos a seguir às considerações sobre as percepções de alguns indígenas do Médio Rio Negro sobre a mineração em seus territórios.

## 2 PERCEPÇÕES INDÍGENAS DA MINERAÇÃO NO MÉDIO RIO NEGRO

No Amazonas, a região do Rio Negro é rica em diversidade biológica, cultural, linguística e agrícola, tendo sido reconhecida como Patrimônio Imaterial pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2010) bem como o Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro, valorizando conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade e à diversidade cultural (VELTHEM & EMPEIRARE, 2016). Ao longo do curso do Rio Negro habitam 30 povos indígenas, cada um com suas particularidades, mas envolvidos num dinâmico universo de partilhas culturais (SARMENTO, 2018).

O Rio Negro é a maior bacia de águas pretas do mundo. Em extensão tem, ao menos, 1.700 km, abrangendo uma área de cerca de 70 milhões de hectares. Responsável por 15% do volume de água despejada pelo Amazonas no Atlântico, drena uma área que corresponde a 10% dos 7 milhões de km<sup>2</sup> da Bacia Amazônica (ZEIDEMANN, 2001; Cabalzar, 2010 *apud* SARMENTO, 2018). Tem seus formadores nas regiões da Colômbia, onde se chama Rio Guainía, e está conectado com a bacia do Rio Orinoco, na Venezuela, pelo canal do Cassiquiare. Na época de seca, a cor do rio contrasta com a areia branca das praias e, a partir, do Médio Rio Negro encontram-se rochas graníticas. Há praias no Médio Rio Negro que podem atingir mais de 15 km de extensão nas maiores secas. Milhares de ilhas confundem os canais principais. E na parte do Baixo Rio Negro se encontram os maiores arquipélagos fluviais do mundo, Anavilhanas e Mariuá (estima-se que existam mais de mil ilhas no Rio Negro, algumas podendo atingir mais de 30 km de comprimento).

O Médio Rio Negro corresponde à área pertencente ao município de Santa Isabel do Rio Negro (SIRN) que está localizada entre os municípios de Barcelos e São Gabriel da Cachoeira, no estado do Amazonas. Santa Isabel do Rio Negro fica a uma distância de aproximadamente 843 km da capital Manaus.

Na área do Município de Santa Isabel do Rio Negro há oito Terras Indígenas (TIs) com porções em seu território e existem 44 comunidades e vários sítios no próprio rio Negro e seus afluentes onde habitam povos Tukano, Nadëb e mais 17 povoados

Yanomami (SARMENTO, 2018), cada comunidade tem sua forma de organização, cultural, social e política. As oito TIs são as seguintes: Médio Rio Negro I, Médio Rio Negro II, Rio Téa, Rio Uneuixi, Jurubaxi-Téa, Paraná Boá-Boá, Maraã-Urubaxi e Yanomami (SARMENTO, 2018).

Marcam também a paisagem diversas cachoeiras e corredeiras, principalmente nos rios do alto e da margem ao norte do Médio Rio Negro. Também ao norte dessa área está a região montanhosa da Serra do Imeri, onde se encontram o Pico da Neblina (2.994 m) e o Pico 31 de Março (2.973 m), estes são os pontos mais altos do Brasil.

Para os povos indígenas do Rio Negro, o rio é muito importante assim como as florestas, porque o rio é uma das fontes do principal alimento para os indígenas, o peixe. A água do rio é usada para consumo próprio, além de ser um meio de locomoção viável para outras comunidades e também ao município de SIRD, por exemplo. Mas, mais do que isso, o rio é vida, sociabilidade e lazer como podemos ver nas entrevistas analisadas a seguir.

Todos os entrevistados que aceitaram participar dessa pesquisa são maiores de 30 anos, sendo 85% deles homens, 71% não nascidos em SIRD, todos terminaram o ensino fundamental, mais de 70% ingressaram no ensino superior, 86% não estudaram em escolas indígenas. Cerca de 30% dos entrevistados não têm trabalho informal nem formal. Mais de 40% têm renda de até um salário mínimo. Mais de 50% já tiveram proximidade com atividade mineradora na região. Para 14% dos entrevistados, não faz diferença se a atividade é realizada por indígenas ou não-indígenas. Para mais de 85% dos entrevistados, não há benefício na atividade de mineração.

O primeiro entrevistado mostrou, em seu relato, conhecer pessoas que trabalham em atividades minerárias na fronteira com a Venezuela, onde existem muitos garimpos ilegais. Segundo ele, alguns colegas acabam indo para essas áreas, principalmente para vender alimentos e medicamentos que nessas áreas de garimpos são bem valorizados. Passando meses e meses até obter um valor que pague os custos da viagem e garanta um mínimo do lucro do investimento. Em geral o valor é pago pela grama do ouro. Sobre as atividades mineradoras na região do Rio Negro, ele diz ter conhecimento de que são realizadas há muitos anos. Em Santa Isabel, deve-se ter bastante cuidado, pois se trata de uma região que ainda possui muita resistência contra as demarcações de Terras Indígenas, além de ser também uma rota para chegar as aldeias Yanomami, área muito visada pelo ouro e diamante onde se encontram muitos garimpos ilegais. As Terras Indígenas que ainda não foram demarcadas representam um atrativo para a exploração

ilegal nessa região. Para este entrevistado, não há diferença entre o indígena e não indígena quando se trata de explorar minérios, porque mesmo sendo indígena sempre haverá por trás um grande investidor, que possua dragas de grande porte e outros equipamentos. O que dificulta a atividade minerária ser feita pelos próprios indígenas (Entrevista n. 1).

Na sua visão, no cenário atual, a atividade mineradora não traria benefícios. As políticas são muito frágeis e não temos profissionais capacitados para gerir nem a exploração nem os aspectos ambientais e sociais decorrentes. Seriam mais necessários mais estudos na região para avaliar as jazidas de minérios. Até o momento, se discute apenas a exploração e não a forma de se iniciar uma prospecção de trabalhos tanto para administração, gestão ambiental e saúde sanitária. Se tivéssemos esse tripé, diz o primeiro entrevistado, “talvez poderíamos pensar em algo nesse nível de exploração, caso contrário não seria nada positivo para sociedade e para o meio ambiente” (Entrevista n.1).

O segundo entrevistado já esteve nos garimpos que funcionaram na região do Rio Içana. Também já trabalhou no extrativismo de tantalita, no projeto Atividade de Garimpagem Manual de Tantalita (AGAMAT), mas quando veio a Demarcação, parou de trabalhar no garimpo. Depois da demarcação, o material usado no garimpo tanto por indígenas quanto por não indígenas foi pego pela Polícia Federal (PF). O entrevistado teve que responder a um processo na justiça durante 8 anos. O processo acabou, ele foi absolvido, amparado no Estatuto do Índio, art. 42 e 43, que estabelece que o “índio pode fazer cata, faiscação e garimpagem”. Para poder garimpar, o entrevistado teve que lutar muito e conseguiu ir para o Canadá conhecer experiências de mineração dos parentes indígenas de lá. Foi três vezes em três regiões diferentes, e conheceu modelos e experiências desenvolvidas pelos indígenas do Canadá (Entrevista n. 2).

Essa liderança indígena conhece bem a legislação nacional e internacional e disse que os povos indígenas, com base na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), tem o direito de “dizer sim ou não” e que o direito de consulta deve ser respeitado. Como indígena, ele pensa que o extrativismo é possível, mas não mineração. Se bem discutida a mineração, com um projeto e um plano bem elaborado e executado, poderia fazer a diferença, mas se não for assim, “pode ser desgraça”. Para ele, uma mineradora de grande porte, tanto poderia trazer benefícios quanto impactos socioambientais negativos, se o projeto de exploração não for bem pensado, organizado, planejado e executado. Sobre os problemas que a atividade minerária causa, a liderança

indígena entrevistada explica que se empresários da mineração entrarem sem respeitar o sistema de organização local, como a FOIRN, suas organizações filiadas e a Funai, por exemplo; falarem somente com algumas lideranças, por meio de cooptação (como está acontecendo agora no Rio Içana); haverá sim problemas. Por isso, ele disse que a COIAB em parceria com a Organização Não Governamental The Nature Conservancy (TNC), está construindo um Guia com as Diretrizes Brasileiras de Boas Práticas Corporativas com Povos Indígenas. Já existe uma primeira versão em forma de cartilha, com o título, “Apostamos no Diálogo. Povos Indígenas, Governo, Empresas” (Entrevista n. 2).

A terceira entrevistada conhece as histórias do garimpo no Rio Negro. Sabe, por exemplo, o quanto os povos indígenas sofreram com presença dos não indígenas. Conta as histórias que ouviu sobre os casos de exploração sexual de meninas menores, de alcoolismo nas comunidades indígenas e de contaminação de água de consumo dos comunitários. Ela não vê com bons olhos o tratamento dado atualmente à questão da exploração minerária na região, mesmo se tratando de exploradores indígenas, conflitos étnicos podem vir a acontecer na região. Ela não vê benefícios que a atividade mineradora poderia trazer para os povos indígenas da região e acredita que haveriam outras alternativas de acesso à geração de rendas para as comunidades indígenas no Rio Negro.

O quarto entrevistado explica que, muitas vezes, quando alguém está trabalhando em uma empresa mineradora, a pessoa é privilegiada por ter emprego, como força de trabalho, mas depois que o ouro termina em uma determinada região e a empresa não produz mais, demite todos os seus trabalhadores, nesse caso os garimpeiros ligados a ela. Muitas vezes, a pessoa que é indígena volta para sua aldeia sem nada, muitas vezes pior do que antes, pois não tem mais roça ou casa porque deixou tudo para trás enquanto estava trabalhando na empresa. Ele disse ter parentes e amigos que passaram por essas experiências, que tiveram uma vida boa na época do garimpo ou enquanto trabalhavam na empresa mineradora, que eles tinham comércios, barcos, motores de popa e muitos outros materiais e produtos. Hoje, essas pessoas passam por dificuldades financeiras. Por isso, ele conhece bem as consequências de mineração e disse que a mineração ou garimpo não é a solução para sociedade, em especial, para os povos indígenas. Sobre a atividade minerária no Rio Negro, ele conta que, enquanto trabalhava na Associação em 1996 a 2000, tem um projeto de cata e fiação de tantanita, trabalhavam somente com as pessoas das comunidades. Na época, quando tinham poucas comunidades envolvidas, não haviam muitos problemas, mas

depois que o projeto expandiu para outras comunidades, começaram os problemas. Porque sempre vão haver pessoas que não respeitam ou não querem respeitar as regras estabelecidas pela maioria. Algumas pessoas começaram a permitir entrada de não indígenas. Outros tentaram impedir e os conflitos começaram entre as comunidades e as denúncias se multiplicaram. Depois dessa experiência, sempre quiseram retomar as atividades com modelos diferentes de se trabalhar minérios. Mas nunca mais aconteceu porque todas as ideias que tivemos para inovar a atividade, levavam à conclusão de que as mesmas consequências que já tiveram antes voltariam a acontecer. Ele conta que, depois de um tempo, deixaram de insistir na atividade de mineração.

Ele explica que não é contra uma nova experiência, mas que tem consciência que isso traz mais problemas do que as soluções pretendidas. A região de Santa Isabel tem reservas de minérios bastantes cobçadas. Simplesmente liberar para empresas explorar esses minérios, ele diz ser contra. Mas, se as próprias comunidades quiserem trabalhar de maneira organizada, sem envolver empresas que não sejam as empresas das comunidades, ele aceitaria pensar a respeito. Ele acredita que faria sim alguma diferença se a exploração mineral fosse feita pelas próprias comunidades de forma organizada e através de suas próprias empresas. Somente assim, diz ele, as comunidades interessadas poderiam ter controle sobre a atividade. Como fazem os indígenas de Canadá, eles exploram minérios em suas reservas, mas através de suas próprias empresas. Desta forma, os lucros ficam para eles mesmos investirem no que suas comunidades precisarem. Sem isso, não é possível e não deve ser permitida a atividade minerária em Terras Indígenas, na sua opinião. (Entrevista n. 4).

Considerando a discussão em torno do projeto de lei em tramitação, o entrevistado disse que se a atividade minerária existir no sentido do que propõe a Lei que está em discussão hoje, que traria mais prejuízo do que benefícios porque a porcentagem (0,2%) prevista para as comunidades (sociedades) é muito pouca e isso poderia trazer mais conflitos sociais e brigas entre as comunidades. Com relação aos impactos ambientais, o Rio se transformaria em um depósito de lixo, de mercúrio. O benefício poderia ser mais notável para a prefeitura, que teria direito de receber algumas porcentagens pelas licenças e alvarás, mas como as prefeituras têm costume de não aplicar os recursos em benefício à sociedade, dificilmente, os ganhos seriam revertidos em benefícios para a população (Entrevista n. 4).

Com relação aos impactos negativos para a sociedade, o entrevistado argumenta que os problemas sociais que acompanham as atividades minerárias são dificilmente

solucionados e costumam ser resolvidos com a morte de alguém ou a migração para outro lugar. Na região de São Gabriel da Cachoeira existem conflitos por causa de emprego, por causa de bens, por causa de terra, etc. Então é possível imaginar como as pessoas que trabalhariam na empresa de mineração, ganhando seu dinheiro e comprando bens que precisam, incomodariam seus parentes gerando mais conflitos. O entrevistado prevê ainda aumento de alcoolismo e da prostituição, inclusive de menores. Todas estas situações causam conflitos, brigas e até morte. Problemas difíceis de serem solucionados. Além dos problemas ambientais. Poderia haver uma campanha de conscientização, em um primeiro momento, para não prejudicar o meio ambiente como, por exemplo, algo sobre o uso adequado de mercúrio ou não jogar lixo nos rios e outras recomendações. Mas com o tempo, essas recomendações, com certeza, seriam esquecidas e o problema iria se agravando até o ponto de ser questionado pelas comunidades (Entrevista n. 4).

O quinto entrevistado conhece muitas histórias sobre a invasão de empresas no RioIçana onde mora o povo Baniwa. Na década de 1970 e 1980, quando atuaram nessa área, as empresas enganaram muitas comunidades, além de roubarem minério, relata ele. Além disso, sem o povo saber, fizeram requerimentos de áreas para prospecção mineral. Apesar da demarcação de terra indígena Alto Rio Negro ter sido homologada em 1998, estes requerimentos não caíram, eles continuam a existir. Nos últimos anos, eles têm voltado para Içana e continuam perturbando com seus planos mentirosos e isso combinado com os ataques que os direitos indígenas no Brasil vem sofrendo no governo Temer. O entrevistado considera que o garimpo é muito negativo para os povos indígenas e que a mineração é ainda pior, pois ninguém sabe o tamanho do prejuízo que pode provocar nas comunidades indígenas. (Entrevista n. 5).

A mineração, segundo o Ministério da Ciência e Tecnologia não tem viabilidade nesta localidade, devido a logística inexistente, afirma o entrevistado. Ele vê como problemática a atividade minerária pois envolve muitos interesses e considera que seria bom que nem mesmos os indígenas se envolvessem na mineração. Trata-se de um assunto cobiçado que traz a ideia de que é possível enriquecer facilmente. Para ele, a atividade mineradora não pode trazer nenhum benefício para a região do Rio Negro (Santa Isabel do Rio Negro). Pelo contrário, traria muitos problemas tanto para a sociedade quanto para o meio ambiente (Entrevista n. 5).

Sobre os impactos socioambientais que a atividade mineradora traria para a região do médio Rio Negro e suas possíveis soluções, o entrevistado faz uma metáfora e compara a atividade minerária com uma doença. Ele diz:

A pessoa na vida sabe de alguns nomes de doenças e de outros desconhecidos. Algumas doenças são curáveis e outros não. Mas não se sabe quando vai ser atingido. Melhor seria se proteger com vacina. Mas os desconhecidos atingem alguém, leva-se tempo para se desenvolver a solução, mas que deixa cicatrizes para sempre. Não dá para indicar remédio enquanto você não é atingido pela doença, enquanto você não faz diagnóstico depois que a doença te ataca. Portanto, deverá ser caso a caso, um processo, por isso mesmo deveria nem ser mexido, pois o minério é a fonte de doenças e muitas doenças (Entrevista n. 5).

O sexto entrevistado explica que é preciso lembrar que a mineração não é uma técnica ou costume desenvolvido pelos povos do Rio Negro, seja no passado ou atualmente. Quando houve mineração ou mesmo garimpo de minérios diversos na região, as pessoas indígenas sempre foram simplesmente empregadas como mão de obra, exploradas por empresas ou indivíduos vindos de fora. Desse modo, também não conhecem a lógica completa dessa atividade e as consequências ou implicações sobre a população local, implicações que envolvem o meio sociocultural e ambiental. Quando as pessoas regionais participam de atividades ligadas à mineração, elas veem somente o acesso que podem ter por este meio às mercadorias industrializadas, ou seja, participam somente de uma parte do sistema do mercado – um resultado colonial depois de séculos de colonização (Entrevista n. 6).

Ele considera que há uma diferença se a atividade minerária é desenvolvida por indígenas ou por não-indígenas. Culturalmente, os não-indígenas pensam em explorações muito mais amplas, com sondagens, estudos e lucros de longo prazo, com empreiteiras socio-empresariais de tecnologia mais avançada. Neste caso, uma pequena porcentagem do lucro deverá ser destinada ao povo local na forma de *royalties*, serviço social e reparação ambiental regional; a maior parte, tanto do lucro como do produto, é destinado ao mercado e público de fora – cria-se, a partir disso, uma exploração do recurso sem previsão de fim, com danos irrecuperáveis para a vida social local e o meio ambiente, com decisões de força a partir dos órgãos governamentais e não-governamentais externos. Quando desenvolvida por indígenas, em geral, a mineração pode ser de âmbito familiar, associativo, de modo artesanal ou semi-artesanal. No entanto, deve-se pensar que haverá sempre uma dependência de instâncias externas para o escoamento e diretrizes, seja de nível governamental e não-governamental. Embora

esse modo de atividade seja de menor impacto, não deixa de transformar o ambiente e os costumes locais, continuando a dependência e tutela do povo local às medidas estrangeiras de mercado e institucionais (Entrevista n. 6).

Quanto à mineração em Santa Isabel do Rio Negro, o entrevistado considera que, uma hora ou outra isso virá para pauta, seja em âmbito regional, nacional e mesmo internacional, por se tratar de ponto rico em concentração de minérios que servem para diversos destinos. Se vier a ser implementada, a mineração empresarial aqui provocará impactos ambientais e sociais já vistos em outras regiões, lembra ele. Para amenizar isso, deverá ser pensada com representação local e assessoria externa amparadas nas diretrizes legais, pensando nos menores impactos possíveis. Deverá ainda se levar em conta as consultas previstas nas leis e informação e formação da população da região para esse tipo de acontecimento (Entrevista n. 6).

Com relação aos benefícios que a atividade minerária poderia trazer, o entrevistado considera isso relativo. Uma parte do público envolvido verá como benéfico, outra parte não. “Depende”, diz ele. No meio da implantação de grandes empreendimentos haverá discursos preparados para os dois lados. Por exemplo, o público que vê os grandes empreendimentos, a circulação de dinheiro e mercadorias como um bem apoiará e não verá problemas na exploração de minério. Os que acreditam na preservação do meio ambiente e dos costumes sociais locais e que a exploração dos recursos minerais traz prejuízo não concordarão. Por causa de sua formação e reflexão, ele não pensa os grandes empreendimentos e as exigências capitalistas como vantagem, lucro, benefício ou exigências para ter uma vida boa. Para ele, a região não precisa disso. Se vier a ter esse tipo de exploração, será em vista de outras necessidades, que são as de fora (Entrevista n. 6).

Sobre os impactos socioambientais que a atividade minerária traria, o entrevistado acredita que uma educação formativa para a população regional em relação ao assunto, seria necessária. No entanto, os grandes empreendimentos na maioria das vezes, dependerão de decisões extra locais, de acordos entre governantes, empresários e técnicos com força de decisão e já com pensamento de implementar o projeto. Porque, essas pessoas têm uma cultura e educação orientada para esses fins. Desse modo, se pode prevenir, mas não remediar. Pois os impactos ambientais e sociais são incontornáveis (Entrevista n. 6).

O sétimo entrevistado lembra do impacto que teve a mineração no Rio Negro na década de 1990. O impacto foi muito grande não apenas nas comunidades, mas



também com relação à poluição dos rios, por isso mesmo a atividade foi retirada à força pela PF. Sobre a diferença entre a mineração desenvolvida por indígenas e não indígenas, o entrevistado pondera que:

(...) o indígena, ele tem praticado a garimpagem de pequena escala isso que já fazem, não gera muito impacto, mas também não é uma atividade legal. Então, não tem como avaliar se faz diferença porque a mineração tem sua legislação específica e com certeza ela só vai ser explorada pelas grandes empresas mineradoras e o indígena simplesmente será mais um pião, mas um braçal que não terá a função de ser um empreendedor de uma mineração (Entrevista n. 7).

Ele considera que a atividade minerária não pode trazer muitos benefícios para região, pelo contrário, a exemplo do garimpo operado através de dragas na região de SERN. Ele explica que, especificamente na área das Terras Indígenas do Médio Rio Negro I e Médio Rio Negro II, ela tem causado muitos prejuízos para as comunidades no sentido do avanço da poluição do rio por mercúrio, da violência, da prostituição, enfim, ela tem um impacto muito negativo, principalmente porque feita de uma forma muito desorganizada. Se for uma atividade legalizada através de uma empresa mineradora o primeiro prejuízo para as comunidades é que, segundo ele, dependendo do local onde ela for se instalar as comunidades, com certeza, deverão ser removidas daquela região para outro lugar. Então isso já causa um impacto social bastante grande, e para o meio ambiente também, porque não existe mineração que não vá agredir diretamente o meio ambiente. Ele não vê perspectiva positiva principalmente se tratando de TI's. Na região do Médio Rio Negro e do Alto Rio Negro estão majoritariamente as TI's já demarcadas e, para que aconteça a exploração de minérios, é necessária uma legislação que ainda não existe e, além disso, para se tratar de TI's, é necessário ainda todo um processo conforme o que estabelece a Convenção 169 da OIT, no caso, o direito à consulta prévia, livre e informada. Então é preciso que as comunidades possam participar de fato e tomarem uma decisão, nesse processo dificilmente às comunidades irão aceitar uma vez que elas serão afetadas diretamente e os prejuízos serão maiores do que mesmo os benefícios (Entrevista n. 7).

Ele acredita que não haverá problemas desde que se deixem intactas as TI's. Ele lembra que existem na região várias outras atividades e alternativas pilotos em andamento como a valorização dos produtos do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro que foi reconhecido como Patrimônio Cultural Brasileiro pelo IPHAN. Outras atividades que utilizam a exploração dos recursos naturais sem impacto como o que está acontecendo na área das TI's do Médio Rio Negro I e II que é o turismo de visitação eo

turismo de pesca esportiva de base comunitária, mais especificamente na área da TI'sJurubaxi Téa e da TI'sEuníxi. Então ele acredita que essas são as alternativas que poderiam estar solucionando os problemas, porque os minérios que estão na região não estão causando problemas. Os problemas sociais que enfrentam nessa região, para ele, têm relação com a falta de políticas públicas voltadas para os povos e comunidades indígenas de acordo com suas reivindicações. (Entrevista n. 7).

O entrevistado lembra ainda que as TI's tanto do Médio quanto do Alto Rio Negro estão na fase de elaboração dos seus PGTAS com base na legislação do Programa Nacional de Gestão Ambiental em Terras Indígenas (PNGATI). Para ele, esse é o caminho correto para se explorar os recursos naturais. Atualmente, as comunidades estão discutindo a exploração desses recursos naturais de uma forma comunitária, organizada, manejada de acordo com os anseios da própria comunidade. Na realidade, na região do Médio Rio Negro não existe nenhuma proposta ou nenhuma intenção na exploração de mineração na nossa região por parte dos indígenas. Para ele, as pessoas não estão pensando a mineração como problema ou como benefício, ou como algo que precisa de solução até porque não é uma vontade das comunidades estarem explorando essas questões, pelo contrário, todas as iniciativas, mesmo que pequenas ou isoladas, são combatidas arduamente pelas comunidades quando aparecem alguns focos de mineração na região (Entrevista n. 7).

Ele conclui a entrevista lembrando o perigo que representa a mineração em grande escala nas TI's:

Quando se trata de mineração a gente pensa que a mineração é só retirada de ouro em pequena escala, mas mineração quando a legislação trata isso aí eles tratam de uma mineração de grande escala, existem estudos, existem mapeamentos onde nossa região já foi identificada como uma área de grande potencial de mineração, porém não é uma exploração de pequena escala pelos indígenas que vai surgir um resultado tanto é que a Câmara põe de novo em pauta a questão mineração mas não é com o intuito de beneficiar o indígena as comunidades, mas acima de tudo está dando suporte para que as grandes empresas entrem nas nossas terras e explorem da forma que quiserem e as comunidades indígenas como sempre levando a pior sendo removidas de seus locais. Os impactos ambientais, sociais, vários exemplos de mineração em diversas partes do país estão aí, a barragem de Mariana, o desastre que está aí ninguém assume, na hora que fazem a proposta elas vendem a ideia como solução para o problema, mas na hora que o problema estoura como estourou em Mariana aí a justiça nem o governo se pronuncia e quem é o prejudicado é sociedade, no caso da nossa região as comunidades e povos indígenas (Entrevista n. 7).

## DISCUSSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com uma análise feita das palavras mais recorrentes nas entrevistas, chegamos à seguinte “nuvem de palavras”:

**Figura 1** - Nuvem de palavras mais citadas nas entrevistas.



Nesta imagem quanto maior a palavra mais vezes ela foi citada pelos entrevistados. Essa nuvem indica que, na percepção dos entrevistados, existe uma relação entre os “impactos socioambientais”, a “exploração” e os “conflitos”. A recorrência da palavra “empresa” e “governo” revela a consciência desses indígenas sobre a responsabilidade que têm empresários e governantes nas decisões relativas aos perigos que representa a exploração de minérios na região. Interessante ainda observar que as palavras “comunidades” e “cultura” aparecem também muitas vezes, o que demonstra a preocupação desses indígenas e das lideranças entrevistadas com a ameaça que representam as atividades minerárias para a perpetuação da comunidade e da cultura.

Como os entrevistados nesta pesquisa mostraram, a mineração em Terras Indígenas continua representando uma ameaça. Além dos muitos exemplos que a história nos deixou, os indígenas entrevistados sabem que, em geral, as empresas apresentam projetos com muitas promessas para as comunidades indígenas que, no final, não são cumpridas. Os grandes beneficiados são os empresários e as grandes multinacionais, para os povos indígenas ficam os impactos socioambientais.

É preciso insistir e lembrar mais uma vez que não faltam exemplos na história que comprovam os perigos e problemas que as atividades minerárias representam para os povos indígenas. A mineração é uma atividade que sobrevive do proveito da terra e os

principais impactos ambientais provocados por estas atividades são bem conhecidos. Dentre eles podemos citar a poluição e o excesso de consumo de água. A poluição causada pela exploração minerária gera, além das alterações climáticas, variação na qualidade da água (alteração no pH) que se torna mais ácida, a contaminação do solo, o assoreamento de rios e o consequente surgimento de áreas degradadas. As consequências das atividades minerárias sobre os povos indígenas são diversas não apenas no que tange ao meio ambiente, mas também às atividades culturais, à poluição, ao assoreamento dos rios, ao abandono das práticas tradicionais de plantio de subsistência e ao surgimento de uma forte estratificação social baseada no acesso à renda do garimpo. Os casos de impactos socioambientais causados pela mineração não acontecem apenas no Brasil, mas, através do discurso de crescimento econômico e geração de renda, a atividade mineradora tem sido responsável por diversos conflitos socioambientais e causado acidentes em muitas regiões do mundo

No Brasil, como foi possível apreender a partir das entrevistas, apesar de todo um aparato legal, os povos indígenas continuam sofrendo por causa da cobiça por minérios. Essa cobiça representa uma ameaça real para os povos indígenas que, historicamente, têm sofrido por causa dos confrontos em seus territórios com os exploradores de recursos naturais e por causa dos impactos socioambientais que a atividade minerária provoca.

Com relação ao debate político e jurídico, vimos que a mineração em Terras Indígenas, prevista no artigo 231 da Constituição Federal, só pode ser exercida se regulamentada. No entanto, até o momento, uma legislação específica ainda não foi elaborada. Por isso, qualquer atividade minerária em TIs é ilegal. Sabendo disso, os povos indígenas deveriam ser motivados a acionar o Ministério Público Federal (MPF) e denunciar o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) para que as concessões de lavra sejam suspensas.

No ano de 2014, procuradores do MPF do Pará recomendaram ao DNPM que indeferisse todos os pedidos de pesquisa e lavra mineral sobre terras indígenas pela ausência da regulamentação do tema pelo Congresso. A Funai defende também a ideia de que a atividade de mineração em terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas, independente da fase do procedimento administrativo, é ilegal. A falta de consenso entre as duas instituições, MPF e Funai, de um lado, e o DNPM, de outro, aparece com relação à legalidade ou não de os títulos minerários incidirem em áreas indígenas quando é emitida uma autorização de pesquisa (BRESSANO, 2016). Os

últimos acontecimentos evidenciam, no entanto, que a controvérsia jurídica tem uma conotação política quando o assunto é mineração em áreas indígenas.

Mário Nicácio, do povo Wapichana, coordenador-geral do Conselho Indígena de Roraima (CIR) disse estar preocupado com o PL n. 1.610/1996 que propõe regulamentar a mineração em Terras Indígenas. Esse Projeto de Lei tramita atualmente em regime de prioridade no Congresso Nacional. Se aprovado, a mineração passaria a ser legal nas terras indígenas mediante consulta e o repasse de uma porcentagem dos lucros aos índios. No entanto, a avaliação do movimento indígena é que esse projeto serviria “mais para atender os interesses dos empresários que querem fazer mineração nas terras do que dos povos indígenas” (SÔNIA GUAJAJARA apud BRESSANO, 2016).

Finalmente, a ecologia política latino-americana nos inspira a reconhecer nas percepções dos indígenas entrevistados o conflito estrutural que existe entre uma economia baseada no crescimento e o meio ambiente. Em suas falas, fica evidente a consciência que eles têm daquilo que a ecologia política latino-americana chama de “desigualdade ecológica”, ou seja, das desiguais e assimétricas relações de poder nos processos de decisão, no acesso aos recursos e serviços ambientais, assim como nas consequências das degradações ambientais que essa atividade causa. Importante ressaltar que, por relações de poder a ecologia política latino-americana não entende apenas a capacidade que alguns homens têm de explorar certas populações e seus ambientes, impondo decisões sobre eles, mas lembra que a imposição dessas decisões passa pela imposição de certos procedimentos e linguagens de valoração que as instituições (como as ligadas ao mercado) mantêm visando perpetuar, legitimar, esconder ou naturalizar essa “desigualdade ecológica”. A denúncia dessa desigualdade implica na difusão e no reconhecimento do valor que têm as percepções indígenas sobre a mineração.

## REFERÊNCIAS

ABI-EÇAB, P.C. Planeta Amazônia, *Revista Internacional de Direito Ambiental e Políticas Públicas*. Principais ameaças ao meio ambiente em terras indígenas, UNIFAP-2011. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/index.php/planeta/article/view/551/EcabN3.pdf>. Acesso em: 25.06.2018.

ALIER, Joan Martínez. Ecología política de extractivismo y justicia socio-ambiental. *Interdisciplina* 3, no 7, 2015, pp. 57-73.

ALIMONDA, Héctor. Ecología política latinoamericana y pensamiento crítico: vanguardias arraigadas”, *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 35, 2015, pp. 161-168.

ALVES, Lise. Brazil Considers Allowing Mining Activity in Indigenous Land, Near Border, *The Rio Times* (online), 6 de março de 2019. Disponível em: <<https://riotimesonline.com/brazil-news/rio-business/brazil-considers-allowing-mining-activity-in-indigenous-land-near-border/>>. Acesso em: 22.06.2019.

BAINES, S.G. O Território dos Waimiri-Atroari e o Indigenismo Empresarial, *Série Antropologia* n. 138, Brasília, 1993. Disponível em: <<http://www.dan.unb.br/images/doc/Serie138empdf.pdf>>. Acesso em: 23.05.2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Supremo Tribunal Federal: Centro Gráfico, 1988. 174 p. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf>>. Acesso em: 20.03.2018.

BRASIL, SENADO FEDERAL, Projeto de Lei nº169/2016. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/125563>. Acesso em: 24.05.2018.

BRASIL, CÂMARA DOS DEPUTADOS. Projeto de Lei N. 1610/96. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=16969>>. Acesso em: 16.03.18.

BRESSANE, Caco. Em terra de índio, a mineração bate à porta. Órgãos federais têm posição oposta sobre a validade de registrar processos minerários em território indígena, *Brasil de Fato/Agência Pública*, 21 de junho de 2016. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2016/06/21/em-terra-de-indio-a-mineracao-bate-a-porta/>>. Acesso em: 23.07.2018.

CURI, M.V. Aspectos legais da Mineração em Terras Indígenas, *Revista de Estudos e Pesquisas*, FUNAI, v.4, n.2, dez. 2007, Brasília, pp. 221-252.

CURI, M. V. Mineração em Terras Indígenas: Caso Terra Indígena Roosevelt. *Revista de Estudos e Pesquisas*, FUNAI, Campinas, Novembro de 2005. Cap. II. Disponível em: <[http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/cogedi/pdf/revista\\_estudos\\_pesquisas\\_v4\\_n2/Artigo\\_6\\_Melissa\\_Volpato\\_Aspectos\\_legais\\_da\\_mineracao.pdf](http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/cogedi/pdf/revista_estudos_pesquisas_v4_n2/Artigo_6_Melissa_Volpato_Aspectos_legais_da_mineracao.pdf)>. Acesso em: 15.11.2017.

DIAS, C. (org). **Santa Isabel do Rio Negro (AM): situação de uma cidade ribeirinha no noroeste da Amazônia brasileira**. São Paulo: ISA; Santa Isabel do rio Negro: ACIMRN; São Gabriel da Cachoeira: FOIRN. 2008.

FARIA, Tales. Com mineração em terras indígenas Bolsonaro obtém apoio à nomeação, *UOL Notícias* (online). Disponível em: <[https://talesfaria.blogosfera.uol.com.br/2019/07/28/com-mineracao-em-terras-indigenas-bolsonaro-obtem-apoio-a-nomeacao-do-filho/?fbclid=IwAR3Hhn8rnCYIOkZoORsu5ZrB5dORdkZXH4e5njssBmwVzDF\\_h0V2TY4Wj3E](https://talesfaria.blogosfera.uol.com.br/2019/07/28/com-mineracao-em-terras-indigenas-bolsonaro-obtem-apoio-a-nomeacao-do-filho/?fbclid=IwAR3Hhn8rnCYIOkZoORsu5ZrB5dORdkZXH4e5njssBmwVzDF_h0V2TY4Wj3E)>. Acesso em: 28/07/2019.

FIOROTT, Thiago Henrique; ZANETI, Izabel Cristina Bruno Bacellar. Tragédia do Povo Krenak pela Morte do Rio Doce / Uatu, no Desastre da Samarco / Vale/ BHP, Brasil, *Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science*, v.6, n.2, mai.-ago. 2017, pp. 127-146. Disponível: <http://revistas.unievangelica.edu.br/index.php/fronteiras>.

FUNAI, POLÍTICA INDIGENISTA. Conselho Nacional de Política Indigenista (CNPI). BRASÍLIA, s/d. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/cnpi1>>. Acesso em: 25.05.2018.

GAVIRIA, E.M. Mineração e regulação social na Amazônia: o caso da mineradora Alcoa e as comunidades de Juruti Velho, Pará. In: ACSELRAD, H. (org.). **Cartografia Social, Terra e Território**. IPPUR/UFRJ, 2013, pp. 237-269.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Santa Isabel do Rio Negro**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/santa-isabel-do-rio-negro/panorama>>. Acesso em: 18.03.2018.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO NACIONAL. **Amazonas - Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro**, IPHAN. Disponível em:<<http://www.infopatrimonio.org/?p=21001#!/map=38329&loc=0.8983739999999905,62.69616500000001,17>>. Acesso em: 24.03.18.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Indígenas e gestores públicos debatem Educação e Recursos pesqueiros no Médio Rio Negro. Maio, 2013. Disponível em: <<https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/indigenas-e-gestores-publicos-debatem-educacao-e-recursos-pesqueiros-no>>. Acesso em: 13.03.18.

MAISONNAVE, F. Assessor de Temer tenta explorar minério raro em Terras Indígenas Folha de São Paulo, UOL. Junho, 2018. Disponível: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/06/assessor-de-temer-tenta-explorar-minerio-raro-em-terra-indigena.shtml>>. Acesso em: 20.07.2018.

MEDICI, E.C.; BUZUAID, A.; NETTO, A.D.; CAVALCANTI, J.C., Estatuto do Índio. In: SILVA, L.F.V (Org.). **Coletânea da Legislação Indigenista Brasileira**. Brasília: CGDT/FUNAI, 2008. pp. 48-51.

MOREIRA, H.F. **O desenvolvimento Sustentável no Contexto do Setor Mineral Brasileiro**. Monografia de Pós-graduação em Gestão Ambiental, INSTITUTO BRASIL PNUMA/UFRJ, Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <[http://www.cprm.gov.br/publique/media/desen\\_sust.pdf](http://www.cprm.gov.br/publique/media/desen_sust.pdf)>. Acesso em 22.05.2018.

OLIVEIRA, F.T. **Desafios do serviço florestal de ecoturismo no Brasil**. Tese de Doutorado, Departamento de Engenharia Florestal, Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/16684>>. Acesso em: 23.04.18.

PIERRI, D.C. **Análise: PL 1610/1996 e a Mineração à Força**. CENTRO DE TRABALHO INDIGENISTA –CTI, São Paulo, 2013. Disponível em: <<https://trabalhoindigenista.org.br/analise-pl-161096-e-mineracao-a-forc-2/>>. Acesso em: 24.04.18.

SARMENTO, F. S. **O Médio Rio Negro Indígena: Aspectos Históricos socioculturais e Panorama Antropológico Contemporâneo**. Dissertação de Mestrado, Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

SILVA JUNIOR, J. J. **Diretrizes para Mineração Sustentável à extração de Diamantes junto a terra indígena Roosevelt dos índios cinta larga**. INGEPRO- Inovação Gestão e Produção. Vol. 3, Nº.03. 2013. Disponível em: <[www.ingepro.com.br/Publ\\_2011/Marc/398%20pg%2024-28.pdf](http://www.ingepro.com.br/Publ_2011/Marc/398%20pg%2024-28.pdf)>. Acesso em: 20.09.17.

SMILJANIC, M. I. **Terras Indígenas e Unidades de Conservação: o desafio das sobreposições.** À Sombra do Pico da Neblina. Org. Fany Ricardo: São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004, p. 369.

VELTHEM, L.H van; EMPERAIRE, L. **ManivasAturás Beijus: O Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro.** Santa Isabel do Rio Negro: ACIMRN, 2016.p.60-61.

VILLARES, Luiz Fernando (2009). **Direito e povos indígenas.**Curitiba: Juruá.

WRIGHT, R. M. **História Indígena e do Indigenismo no Alto Rio Negro.** Novas Guerras: Os Baniwa, a Mineração e o Projeto Calha Norte. University of Flórida. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/259868337\\_HISTORIA\\_INDIGENA\\_E\\_DO\\_INDIGENISMO](https://www.researchgate.net/publication/259868337_HISTORIA_INDIGENA_E_DO_INDIGENISMO)>. Acesso em: 14.05.2018.

ZIEDEMANN, V.K. **O Rio das Águas Negras. “O rio das águas negras”.** In: Alexandre Adalardo de Oliveira e Douglas Daly. Florestas do Rio Negro. Companhia da Letras; Universidade Paulista; The New York Botanical Garden, pp. 61-87. Disponível em: <http://ecologia.ib.usp.br/guiaigapo/images/livro/RioNegro02.pdf>> acesso em: 20.01.2018.

(Recebido em junho de 2019; aceito em julho de 2019)